

A QUESTÃO RELIGIOSA NO PARLAMENTO.1910-1926

RESUMO

A “questão religiosa” foi fulcral para a República e está no cerne de muitas das dificuldades experimentadas pelo regime. Embora desde os primórdios do liberalismo já existisse uma corrente anticlerical e anticongreganista (particularmente antijesuítica) que se foi afirmando e ganhou novo alento a partir das últimas décadas do século XIX, só no regime republicano foi possível concretizar a separação entre o Estado e as igrejas. Uma vez no poder os republicanos puseram em prática as suas propostas que visavam a construção de uma nova sociedade na qual a laicidade era um dos pilares da modernização. Porém, a forma como concretizaram a separação entre o Estado e as igrejas e a opção por um Estado neutro em matéria religiosa, como ficou consignado na Constituição de 1911, não foi entendida por todos do mesmo modo. Um sector mais extremista, sempre entendeu a laicidade como laicismo tomando atitudes que estiveram na origem de muitos dos conflitos religiosos, embora não sejam os únicos responsáveis porque, do lado oposto, o sectarismo católico e a posição da hierarquia religiosa contribuíram também para o eclodir da guerra religiosa que atravessou o país.

Do conflito que se vivia na sociedade se fizeram eco os debates parlamentares. Os grandes temas de debate foram, desde o início, as disposições da Lei da Separação. Mas enquanto que nos primeiros anos as intervenções parlamentares, na sua maioria, exigiam um cumprimento mais rigoroso da lei, a partir de 1914, as exigências seriam para a revisão da mesma num sentido mais adequado à realidade portuguesa. Além das disposições da Lei da Separação, o Código do Registo Civil, as missões ultramarinas, o Padroado do Oriente e as relações diplomáticas com a Santa Sé constituíram também frequentes motivos de animados debates no Parlamento, dividindo deputados e

senadores, do mesmo modo que a “questão religiosa” dividia a sociedade portuguesa e se tornou, muitas vezes, causa de instabilidade social e política.

A análise do comportamento dos parlamentares republicanos na “questão religiosa” permite-nos concluir que, apesar dos seus desvios e exageros, a obra de laicização da República foi um importante contributo para a modernização do Estado e que a sua concretização concorreu para clarificar a situação da Igreja Católica na sociedade.